

Pacote sofre primeira baixa por pressão do Congresso

A cobrança de contribuição dos inativos também pode mudar. Deputados querem isentar quem recebe até R\$ 500,00

O pacote fiscal já começou a ser modificado para facilitar a sua aprovação pelo Congresso. O governo desistiu de prorrogar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2006 e de aumentar o percentual de sua receita, de 20% para 40%. O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), que jantou ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso, disse que a medida só será discutida no próximo ano porque a emenda do FEF está em vigor até dezembro de 1999.

Na avaliação dos líderes governistas foi um erro da equipe econômica incluir no programa essa medida, que sofre oposição de governadores e prefeitos. "O Fundo de Estabilização Fiscal já está fora. Em uma negociação tão complicada

quanto esta, o Fundo aumenta as dificuldades porque os governadores são contra. É melhor assim" disse Sérgio Machado (CE). "Temos de evitar atropelos como esse do FEF. Esse assunto somente deverá ser definido daqui a um ano. Não sei por que foram tocar nela agora", disse o novo líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (SP).

"O FEF está prorrogado até ano que vem. Por isso, não vemos urgência em discutir isso agora. Vamos discutir o que é prioritário e urgente. O FEF pode esperar. Até porque, no final do ano que vem, já devemos ter uma reforma tributária aprovada e o FEF não será mais necessário", diz o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG).

A legislação atual sobre o assunto

prevê a cobrança do FEF até 1999. Portanto, mexer nesse assunto agora não teria sentido, segundo avaliação dos líderes. O FEF é o maior foco de resistência de todos os governadores às medidas de ajuste fiscal. Na quarta-feira, o governador eleito de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), foi um dos primeiros a reclamar. "Não é possível aumentar o FEF. Como vamos trabalhar?", perguntava aos líderes de seu partido.

QUEIXAS

O aumento da Contribuição Sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38% até poderá ser aprovado. Mas, para isso, os parlamentares querem que o aumento da alíquota seja dedutível do Imposto de Renda. A cobrança de contribuição dos servidores inativos também pode sofrer modificações. Deputados e senadores sugerem uma alternativa, isentando os que recebem até R\$ 500,00 e compensando a diferença de arrecadação com um tributo maior sobre os que recebem mais.

A pedido dos governadores, a equipe econômica poderá estudar mudanças na lei de gastos públicos. Até mesmo o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), amigo de Fernando Henrique, esteve ontem na cidade para reclamar de medidas do ajuste fiscal. Numa solenidade no Ministério da Marinha, queixou-se ao ministro da Fazenda, Pedro Malan em relação ao dispositivo que inclui a poupança investida na conta do déficit dos estados. Segundo o governador, Malan teria concordado em rever essa medida.

Para o presidente, o único ponto do ajuste fiscal que não será alterado é do montante de R\$ 28 bilhões que serão conseguidos com cortes no Orçamento e aumento de impostos. Por intermédio do porta-voz adjunto, George Lamazière, Fernando Henrique salientou que o Congresso Nacional é autônomo para alterar as medidas apresentadas pela equipe econômica, mas deixou claro que o Governo não se submeterá a nenhuma barganha política.